



Derzi: renúncia se não vierem os cinco anos

Derzi aposta o mandato como 5 anos vão passar

O líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), afirmou ontem que aposta seu mandato como a Constituinte manterá o sistema presidencialista e aprovará o mandato de cinco anos para o atual Presidente da República. Derzi reconhece que o parlamentarismo ainda é uma remota possibilidade, mas não tem qualquer dúvida em relação ao mandato.

Esse levantamento colide com a enquete realizada pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) que dão vantagem ao parlamentarismo e ao mandato de quatro anos. Como Milton Reis, o senador paranaense fez uma consulta pessoal, o que demonstra a flutuação do quadro, cada vez mais indefinido à medida que se aproxima a votação, prevista para o próximo mês.

SURPRESAS

A enquete feita pelo deputado Milton Reis causou uma grande surpresa. Ele mesmo confessou que, antes, tinha a impressão de que o parlamentarismo estava em constante ascensão, mas verificou, nas conversas, que, ao contrário, os presidencialistas têm uma posição muito firme. E mais fácil haver modificações em relação ao mandato do que ao sistema de governo.

Pesquisas ameaçam surpresa

Um detalhe poderá ser potencial de surpresa para a pesquisa que o deputado Milton Reis está fazendo sobre a duração do mandato presidencial, a pedido do Governo: ele começou a investigação pelo lado direito do plenário, onde sentam o PFL, o PDS, o PTB e a parte do PMDB afinada com o Centrão. Desse modo, registrou uma tendência favorável aos cinco anos que, embora ainda mantida, está começando a declinar na medida em que ele passa a apurar o lado esquerdo e o fundo onde está o MUP, o PT e o PDT.

Anteontem, Milton Reis, ouviu 281 constituintes e dizia que os cinco anos ganharam com uma larga margem de folga. No mesmo dia a noite, registrou uma diferença de votos ainda de 45 mas que já caiu ontem a tarde de 41 votos. Embora ele diga que, como secretário-geral do PMDB, sempre fez pesquisas, alguns especialistas em números dentro do Congresso preferem acompanhar à distância este trabalho.

Na reunião de avaliação o deputado Milton Reis apresentou ao grupo um quadro dando 165 votos a favor dos cinco anos e 123 para os quatro anos, número, que, contudo, não confere com a diferença a favor dos 45 votos apontada pelo líder Carlos Sant'Anna. Na lista de presença onde está anotando esses dados, observando-se os números de cada coluna favoráveis aos cinco anos, ele é de apenas 151.

Milton Reis disse ontem que dos 336 constituintes ouvidos, ele apenas anotou sem consultar a tendência de gente que já declarou convicção irredutível, como Jorge Bornhausen, Carlos Chiarelli, Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Maciel e Alvaro Vale, entre outros, que perfazem 9 no total.

Tem também 27 indecisos, entre os quais Acácio Neves, Ailton Sandoval, Sílmão Sessin, Sotero Cunha, Hélio Costa, Ibsen Pinheiro, João Castelo, Maria de Lourdes Abadia, Mozarildo Cavalcanti, Messias Soares, Sérgio Spada e Vinícius Cansanção. E nesse grupo que o Governo pretende trabalhar para garantir alguns votos fundamentais aos cinco anos.

A pesquisa, ainda, segundo o deputado, tem sido feita com uma clara observação de que trata do mandato do presidente José Sarney e não apenas da duração permanente do mandato no corpo da Constituição. Mas, de acordo com comentários de alguns deputados, muitos estão dando uma informação irrevel por que preferem não abrir a guarda agora, até para defender-se de retaliações oficiais.

Ulysses já conta com as diretas neste ano

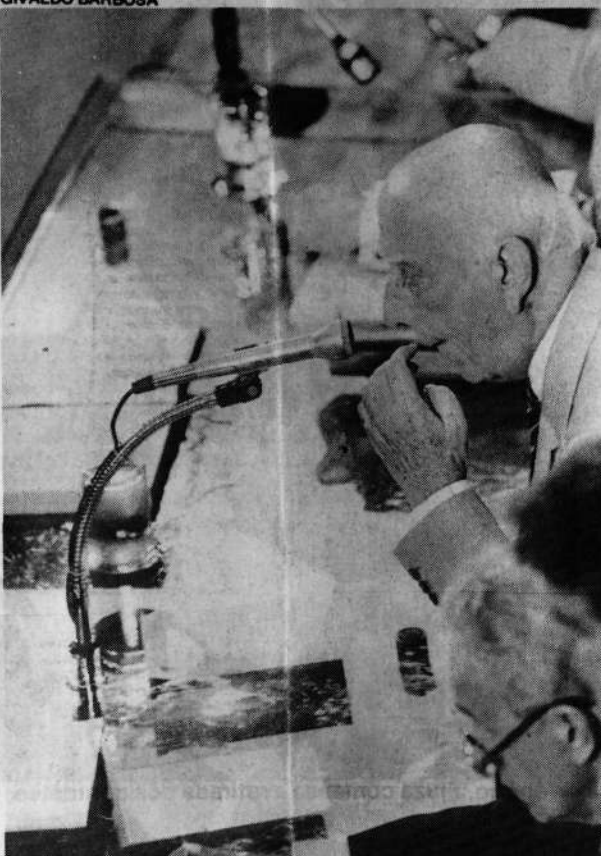
GIVALDO BARBOSA

O deputado Ulysses Guimarães disse ao governador de Goiás, Henrique Santillo, que é oportuna a sua proposta de entendimento entre as principais forças políticas e sociais para que o País vença a crise e se salve o processo de transição democrática, mas que, infelizmente, face à expectativa de fixação pela Constituinte de eleição este ano, não permitirá que seja examinada com atenção pelas lideranças políticas.

O governador de Goiás, que manteve encontros com Ulysses e outras lideranças importantes do PMDB, considera ameaçado o processo de transição democrática pelas consequências sociais da crise econômico-financeira. A possibilidade de convulsão social provocada por essa crise, que poderá se agravar ainda mais, comprometerá, sem dúvida, o processo de redemocratização, que poderá ser interrompido por nova intervenção militar, segundo a visão do governador goiano.

PLANO DE EMERGENCIA

Henrique Santillo está preocupado com a mobilização das lideranças diante da perspectiva de eleição este ano que, no seu entender, vai certamente agravar as dificuldades que o Brasil já atravessa. Com a deterioração da situação econômica, haverá uma grande inquietação social que colocará em cheque as instituições.



Ulysses dirigindo a sessão: já prevendo quatro anos

Ele acha que as lideranças civis ainda não se aperceberam que essa crise ameaça a destinação histórica do País, que reclama um plano de emergência para combatê-la e, ao mesmo tempo, um programa que diga que tipo de sociedade queremos para o Brasil atravessar o milênio. "Não podemos ficar passivos, sob pena de pagarmos alto preço", afirma.

Apesar da restrição levantada pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Henrique Santillo não desistiu de sua proposta. Ele está disposto a levá-la ao conhecimento das mais importantes lideranças partidárias e também dos seus colegas, governadores dos demais Estados, porque julga ameaçado o processo de redemocratização.

Adverte que as lideranças não podem ficar absorvidas apenas pela tarefa de elaborar uma nova Constituição porque o presente é muito grave e poderá pôr tudo a perder. É preciso um grande esforço das elites dirigentes para evitar que o País seja envolvido por uma convulsão social que, certamente, provocará problemas políticos e institucionais.

Será um erro incurrir na mente popular a idéia de que a eleição em si mesma é uma solução para os nossos problemas, quando ela, certamente, agravará a crise e nos colocará diante de graves riscos de uma nova intervenção militar — disse o governador de Goiás.

Na sua opinião, o PMDB, como o partido de maior expressão e importância, não poderá ignorar a ação devastadora que o processo inflacionário provoca no tecido social, exercendo efeito perverso justamente sobre as camadas mais humildes da população, aqueles que ganham os salários mais baixos e que enfrentam maiores dificuldades de sobrevivência.

— Eu ainda tenho a esperança de ser ouvido por nossos companheiros, para evitar o envolvimento em uma eleição que só poderá agravar a crise até níveis intoleráveis, gerando uma convulsão social — declarou Henrique Santillo.

Presidente do PMDB sonda seu partido

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu-se em sua residência oficial, quinta-feira, à noite, com os ministros Renato Archer e Luiz Henrique, o líder do partido na Câmara, Ibsen Pinheiro, mais os deputados Cidivaldo, Manoel Moreira, Genebaldo Corrêa e Ubiratan Aguiar, para examinar a posição do partido diante do impasse da duração de mandato e sistema de governo.

Os parlamentares mais chegados ao presidente do PMDB não querem que ele, por enquanto, assumam posição ostensiva a favor do presidencialismo e de eleições em 88. "Preferimos que o dr. Ulysses fique onde está, equidistante das discussões da planície, ao menos perante a imprensa e opinião pública" — revelou um dos parlamentares mais chegados ao presidente da Constituinte.

Acham que nesta posição de "magistrado" Ulysses poderá coordenar negociações para um acordo, com vistas a um presidencialismo amenizado, fortalecendo o Legislativo e retirando poderes monárquicos do presidente da República.

Mesmo sendo possível negociar o sistema de governo, haveria polêmica entre quatro ou cinco anos para o presidente Sarney. Há informações de que o

Planalto aceitaria o presidencialismo dito congressional, mas com eleições em 89. Para muitos, a opinião pública não aprovaria o parlamentarismo, muito menos eleições em 89. Para os quartéis, nem parlamentarismo, nem eleições em 88.

Um dos interlocutores mais freqüentes de Sarney e de Ulysses confessou ontem sua perplexidade: como conciliar a posição do Governo com a do PMDB e do PMDB com a sociedade, sem frustrar a opinião pública e sem provocar os militares.

Os mais preocupados líderes do PMDB e do PFL acham que o ideal seria um sistema presidencialista congressional e eleições em 89. Poderiam agradecer ao Planalto e aos militares, mas haveria o risco de desagradar à sociedade e, principalmente, as bases do PMDB.

GIVALDO BARBOSA



Na reunião, os parlamentaristas decidiram lutar para neutralizar Ulysses

Parlamentaristas vão tentar atrair Ulysses

O grupo parlamentarista reuniu-se ontem à tarde para traçar sua estratégia visando a aprovação desse regime de governo, a ser votado na próxima semana pelo plenário da Constituinte. Entre outras coisas, os parlamentaristas decidiram tentar cooptar o deputado Ulysses Guimarães para a causa, oferecendo-lhe, em troca, apoio à sua candidatura ao Palácio do Planalto.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), Ulysses é o único entre os atuais presidencialistas que não trabalharia contra o parlamentarismo, caso seja este o regime aprovado pelo plenário. "Embora seja parlamentarista, ele tem um profundo compromisso com tudo o que for decidido pela Constituinte", acredita o senador gaúcho. Dos outros candidatos, Fogaça teme a deflagração de uma campanha de reforma constitucional para derrubar o novo sistema.

DOCUMENTO

Ontem mesmo, durante a reunião dos parlamentaristas, o deputado Virgíldio de Sena (PMDB-BA) começou a recolher subscrições para um documento que pretende entregar ainda hoje ao deputado Ulysses Guimarães, sugerindo claramente o seu engajamento ao movimento em favor

da implantação do sistema de gabinete. O argumento é irrefutável: em toda a sua história política, Ulysses jamais ficou contra o pensamento da maioria do PMDB que, no caso, estaria apoiando a proposta parlamentarista.

Na opinião do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) se o documento tiver o efeito de evitar que Ulysses continue a trabalhar pelo presidencialismo, já será uma grande vitória. Segundo cálculos de Virgíldio, o presidente da Constituinte controla pessoalmente cerca de 40 votos do plenário e pode terminar sendo o fiel da balança na definição do sistema de governo.

O senador José Richa (PMDB-PR), por sua vez, advertiu que, se o deputado paulista tem realmente pretensões de chegar à Presidência da República, não pode ficar indiferente ao sentimento majoritário do seu partido. Este sentimento, a seu ver, já está claro para Ulysses, que estaria liberando os seus aliados na Constituinte para votar a questão do regime conforme as próprias consciências.

LEVANTAMENTO

Foi o senador Richa quem levou para a reunião dos parlamentaristas o le-

Sarney diz que sua meta é a transição

O presidente José Sarney afirmou ontem que todas as suas atitudes estão voltadas para impedir a frustração da transição democrática, argumentando que o povo reconhece os seus esforços em favor da democracia. Segundo Sarney, suas declarações políticas feitas nos seus três últimos programas de rádio tiveram "muitas interpretações equivocadas", mas garantiu que usará sempre o seu direito de defesa.

Suas declarações foram feitas no programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio". Sarney disse que não concede a ninguém "ser mais interessado na transição democrática" do que ele, sustentando que tem prestado com o seu trabalho um exemplo para que ela se concretize. "Eu nunca coloco por meu desejo, como dizia Lincoln (ex-presidente dos Estados Unidos), espinho algum no peito de ninguém, mas lutarei com todas as minhas forças, pelo meu direito de defender o Brasil dos seus inimigos".

O presidente Sarney voltou a reafirmar a sua posição de "paciência e determinação", para conduzir o País no meio da tempestade política, como tinha prometido na cidade mineira de Janaúba, na tarde de quinta-feira, perante cerca de duas mil pessoas, de acordo com os cálculos da Polícia Militar de Minas Gerais.

Sarney disse também que "é o Brasil que trabalha, sofrendo as dificuldades, mas sem perder a dimensão do futuro, porque sabe que o presente é bem melhor do que o passado, e que o futuro será melhor do que a atualidade". O Presidente argumentou que quer ser considerado quem "mais valorizou o trabalho no interior do Brasil", pois é interiorizando o progresso que se vai minimizar a injustiça social.

Presidencialistas admitem o premier

Os presidencialistas fizeram ontem uma análise das propostas que estabelecem a manutenção do atual sistema de governo, e concluíram que na emenda de fusão, a ser redigida hoje, deve constar a figura do primeiro-ministro, que será nomeado pelo presidente da República, que, por sua vez, exercerá as funções de chefe de Estado e de Governo. O deputado Milton Reis (PMDB-MG) informou que a inclusão da figura do primeiro-ministro em uma emenda de fusão já tem o consenso do grupo que está a frente das articulações em torno da manutenção do presidencialismo, formado pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Marco Maciel (PFL-

PE) e pelos deputados Adolfo Oliveira (PL-RJ) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Segundo Milton Reis, o primeiro-ministro seria uma espécie de auxiliar do presidente da República e, caso o Congresso aprove uma moção de censura, a mesma não implicaria a queda de todo o ministério.

Estamos chegando à fórmula ideal para o estabelecimento do presidencialismo moderno — disse o deputado, acrescentando que a nomeação do primeiro-ministro (uma figura presente no sistema parlamentarista) pelo presidente da República é uma idéia que tem concordância do Palácio do Planalto especialmente do presidente José Sarney.